

ESPAÇO PÚBLICO: ESPAÇO DE CONFLITOS

Fernando de Pádua Laurentino*

As transformações ininterruptas da metrópole exigem permanente alerta quanto às maneiras de apropriação e reprodução do espaço da cidade. Essas transformações não se expressam apenas nas mudanças físicas pelas quais a cidade passa. As mudanças físicas ficam no nível dos sentidos e se manifestam nitidamente na paisagem urbana: pontes, aglomerações humanas, viadutos, favelas que se expandem, novos edifícios, vazios populacionais, canteiros de obras, projetos paisagísticos, espaços abandonados que se deterioram etc. No entanto, há mudanças e transformações mais sutis, que a simples aproximação dos sentidos não permite reconhecer prontamente. São novas estratégias de apropriação, comunicação e produção do espaço, que recriam a maneira pela qual vemos e entendemos a cidade.¹

Há apropriações que, devido a sua persistência, tornam-se parte integrante da vida da própria cidade. A esses processos nos habituamos, nos acostumamos e os naturalizamos na medida em que, para sobreviver na metrópole, os reproduzimos. Assim, temos uma percepção da realidade urbana calcada em idéias construídas socialmente e não na reflexão sobre o real campo de lutas e conflito que é a cidade.

Um dos campos de luta da cidade que envolve seu espaço físico diz respeito à (re)produção de espaços públicos. Espaço público é entendido como áreas de apropriação pública. São espaços públicos aqueles com certa restrição de uso, muitas vezes funcionalizados ou que se destinam a um determinado grupo social, como escolas, hospitais, creches, instituições etc. Há ainda aqueles de acesso sem restrições à população e de livre circulação, como são os espaços de lazer, recreação (parques, ginásios poliesportivos, etc.) ou aqueles destinados aos movimentos de veículos e pessoas, como os logradouros públicos (ruas, praças, etc.).

Mas todas têm em comum o fato de serem áreas do poder público geridas pelo Estado. Pertencentes, enfim, à coletividade e com valor de uso. E, como valor de uso, o espaço

público tem também a importância de ser o espaço criativo, da espontaneidade, da beleza das obras e das festas etc.²

Espaço público, para quê?

Parece não haver grandes demandas de produção de espaços públicos para a recreação e o lazer nas grandes cidades de países subdesenvolvidos, na medida em que há necessidades básicas que antecedem tal carência. As necessidades referentes a hospitais, infra-estrutura de transportes, escolas, obras que se tornarão espaços públicos são, quase sempre, prioritárias. Essas necessidades têm grande capacidade de aglutinar pessoas e grupos a fim de reivindicar tais direitos do cidadão. Movimentos sociais nascem a partir dessas necessidades, que, uma vez satisfeitas, vemos diminuir e desaparecer. Durante o processo reivindicatório, há grande mobilização da população, com reuniões, manifestações, etc. Numa fase seguinte, conquistados alguns tópicos da pauta de reivindicação, muitas vezes, os participantes do movimento atuam com sua própria mão-de-obra, em finais de semana, na construção de edifícios e casas. No entanto, atendidas essas necessidades de sobrevivência, o movimento perde força. Ao invés de se partir para novas reivindicações, as famílias e os indivíduos se dedicam a cuidar, cada qual a seu modo, da sua sobrevivência e da construção daquilo que interpretam como cidadania e inserção na cidade: o trabalho, bens materiais, etc. Deixa-se assim o espaço político promovido pela construção de espaços públicos.

De outro lado, o arrefecimento dos movimentos populares interessa ao Estado, uma vez que este deixa de ser pressionado e de estar em conflito direto com diversos interesses: dos movimentos sociais, do mercado imobiliário, de partidos de oposição política, dos financiadores de campanhas políticas, etc. Assim evita-se não apenas o gasto dos cofres públicos com investimentos sociais, mas também o desgaste político perante a população.

Se, a princípio, o processo de atendimento às demandas de movimentos sociais pode ser desgastante para o Estado, numa etapa posterior, já com as demandas atendidas, o governo, através de seus políticos, procura colher os ganhos políticos. Construções como hospitais, creches, conjuntos habitacionais, escolas, têm, para os governos que as inauguram, grande poder político e propagandista. A propaganda dessas obras procura sempre associá-las a um partido ou a uma figura política. E, para ampliar esses ganhos, usa-se amplamente a linguagem publicitária. O Estado age, com o discurso de prestar contas à população, também, de acordo com interesses imediatos: apresentar a conclusão de serviços através de números e estatísticas, expor obras vistosas, etc., quase sempre com vistas às próximas eleições. E não é difícil imaginar políticos que usam dessas mesmas obras como cartão de visitas repetido a cada eleição. Assim, estabelece-se uma personificação,

um estilo de criar obras públicas. Privatiza-se a obra pública porque ela fica personificada. O que foi construído socialmente, a partir da luta e dos conflitos travados em reuniões, manifestações, etc., acaba por ser associado a uma figura política pela via do *marketing* ou da publicidade de campanhas eleitorais. Muitas vezes, os créditos nem são dados aos movimentos populares.

A linguagem publicitária, na ânsia de alcançar o maior número de pessoas no menor tempo possível, atropela qualquer possibilidade de discussão sobre a construção da cidade e, principalmente, dos espaços públicos. Assim se pasteurizam e se condensam todos os elementos relacionados à questão urbana, não deixando possibilidade de qualquer reflexão crítica a respeito. Questões mais complexas, de âmbito social, político, cultural e econômico, são relegadas a *slogans*, discursos, logomarcas, imagens, etc.

Dessa forma, obras se tornam produtos. Espaços públicos são, dessa maneira, produzidos a serem relacionados a uma gestão, um governo, etc. Na troca de partidos no governo, no mandato seguinte, programas sociais são desmontados, estruturas públicas ficam subutilizadas ou têm suas funções mudadas e o descaso, muitas vezes, é percebido na paisagem urbana. Faz-se isso para que as obras e os programas sociais da gestão anterior não sejam legitimados, e sim esquecidos, e que a população volte sua atenção para a gestão em vigor.

A transformação de soluções governamentais para questões urbanas e sociais em produtos faz parte de algo que se reproduz na sociedade como um todo, em que o consumo e a ideologia consumista contam com grande responsabilidade. A solução de problemas transformada em produtos faz de cada cidadão um consumidor/usuário dos aparelhos e programas estatais. A cidadania vem pelo avesso. Vem pela via do consumo. As pessoas se sentem cidadãs no ato de consumir porque assim se sentem incluídas socialmente. Numa sociedade que valoriza as pessoas pelo que possuem ou por sua capacidade de consumo, é compreensível, mas não justificável, que o sentimento de cidadania se torne uma possibilidade por essa via.³

As obras públicas como construções fixas no espaço urbano são meios de exposição dessas obras, transformadas em produtos. A cidade e o espaço público viram vitrines. E quanto maior a obra, maior a visibilidade. Principalmente, aquelas próximas de avenidas, onde há grande fluxo de carros e pessoas. Produtos (ou obras públicas) se fixam por toda a cidade e ela vai virando um grande *outdoor* de políticos, campanhas e ideologias. A paisagem urbana vira um contínuo *outdoor* e vai se impregnando de símbolos e elementos políticos, e amplia, ainda mais, a comunicação publicitária já existente. A relação do indivíduo-cidadão-consumidor com o Estado acaba se dando de alguma forma intermediada por objetos que carregam consigo *jingles*, logomarcas, formas publicitárias diversas de

políticos, partidos, etc. A relação não é estabelecida pela noção de direito, de legitimidade e de cidadania.

A questão assinalada não se dirige apenas ao poder executivo municipal. De maneira mais localizada, vereadores também, analogamente, utilizam essas mesmas estratégias de *marketing* político. Seu campo de atuação, muitas vezes, se dá no bairro, numa esfera local onde é o seu “curral eleitoral”. Dessa maneira, vereadores tendem a ter um bairro prioritário e, junto a associações, amigos do bairro, grupos ou instituições (no geral seus cabos eleitorais), tentam garantir melhorias a fim de que sejam lembrados na próxima eleição pelos moradores. O bairro, para o vereador, longe de ser um lugar de convivência e significados, é um depositário de produtos: água encanada, asfalto, praça pública, linha de ônibus, escola, creche, posto de saúde etc. E, infelizmente, essa concepção de bairro acaba por ser reproduzida por seus moradores.

Essa idéia de bairro, como uma parte da cidade com determinados serviços/produtos públicos, é difundida nos meios políticos. Como durante a urbanização de favelas de Diadema, que, para a prefeitura, significava

[...] transformar a favela em bairro, num pedaço da cidade com toda infra-estrutura e condições dignas de moradia para os cidadãos: ruas, acesso aos serviços públicos, coleta de lixo, iluminação, água, esgoto e espaços físicos para a aplicação de políticas sociais e públicas na área de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, etc.⁴

É comum encontrar na metrópole paulistana, principalmente na periferia, faixas com dizeres de agradecimento de uma comunidade para um determinado vereador pela realização de uma obra, faixas produzidas por cabos eleitorais, a mando de algum comitê de campanha.

Qualquer obra, programa ou equipamento público fica como ação do governante da gestão em que foi construída? Como escapar dessas estratégias políticas? Há meios e processos, como gestão comunitária/popular, descentralização do poder executivo, conselhos para determinadas questões, mutirões, associações, etc., que, na iniciativa de discussão e resolução dos problemas, coletiviza a apropriação dos resultados. É necessário que o espaço público possibilite o espaço político antes da sua construção. Assim, a personificação da obra é diluída no trabalho conjunto dos moradores da cidade, do bairro. É claro que, a cada rosto, terá um peso diferente que lhe cabe na construção. Porém, aparecerão novos personagens quando se olhar a paisagem do bairro ou da cidade. Ainda assim, a apropriação do trabalho coletivo não fica a salvo dos interesses políticos e eleitoreiros, da personificação e de seu uso publicitário.

A produção de espaços públicos com acesso restrito como escolas, hospitais e creches é, como já dito, do ponto de vista político, ótimo chamariz para campanhas eleitorais. Além de satisfazer demandas de necessidades básicas prioritárias (saúde, transpor-

tes, educação, serviços públicos, etc.) numa cidade com grandes carências sociais, esses espaços possibilitam um certo controle de atendimento de demanda. Por serem espaços públicos de acesso restrito, a burocracia tem função privilegiada. Os atendimentos hospitalares, as matrículas escolares e em creches, usuários do sistema de transportes e famílias que são atendidas em instituições públicas são fáceis de serem contabilizados e transformados em estatísticas e números. Nada mais conveniente para balanços de governo e demonstração de serviço para campanha.

É importante ressaltar que os espaços públicos de acesso restrito possibilitam também o controle sobre os cidadãos, na medida em que o acesso aos serviços públicos só é possível pela apresentação de documentação compatível.

O controle social em espaços públicos também se impõe na própria produção física desses espaços. A arquitetura de escolas, hospitais e outras instituições do Estado vai reproduzir, em sua essência, espaços de vigilância, controle, normatização e, em muitos casos, de punição. A ordem e a disciplina estabelecidas por prédios divididos e subdivididos em blocos, alas e andares divididos em corredores com inúmeras salas constituem meios menos de organização de real controle e vigilância sobre o cidadão.⁵

Espaços públicos de livre acesso tornam difícil o trabalho do Estado de controlar, vigiar e punir. Ruas, avenidas, praças e parques são áreas de livre trânsito, sem necessidade da apresentação de documentos, há a ausência de burocracia. Isso faz dessas áreas o espaço público por excelência. Na medida em que ninguém pergunta quem você é, é do direito de todos poder usufruí-lo. No entanto, mesmo assim, há controle. Comportamentos, atitudes, atividades, gestos e manifestações são reguladas e acompanhadas. Se determinadas manifestações e atividades são ou se tornam aceitáveis socialmente e necessitam do espaço público para serem reproduzidas, há, quase sempre, a ingerência do Estado para funcionalizar, regulamentar e disciplinar espaços públicos, a fim de dar vazão a essas manifestações. O que não deixa de ser também uma forma de controle.

É o caso, por exemplo, do sambódromo. O carnaval, como festa popular, nasce nas ruas e praças das cidades. Sua manifestação faz parar a cidade, dada sua importância e a participação de massa. No entanto, para a lógica da reprodução capitalista, as ruas, avenidas e praças não podem ser interrompidas e paralisadas. Daí regula-se o evento cultural, produzindo-se um espaço “apropriado” para sua manifestação, e o que era de livre acesso passa a ser restrito. Além de um controle burocrático, a participação no evento como *espectador* só é possível pela troca (compra do ingresso), pois o *espetáculo* do carnaval tornou-se uma *mercadoria*, portanto, com valor de troca.

Um caso também relacionado, mas que difere no conteúdo, é dos chamados “carmelódromos”. Em algumas metrópoles e cidades brasileiras, procura-se regulamentar as

atividades comerciais de camelôs e vendedores de rua, designando para esses espaços específicos na cidade. Geralmente, em locais de pouco fluxo de pessoas para que, entre outras coisas, não entrem em conflito direto com o interesse de lojistas nem dificultem o trânsito em calçadas. No entanto, a lógica de localização de camelôs se dá, primeiramente, em função da concentração e aglomeração de pedestres. O que aconteceu em muitos casos foi o esvaziamento das áreas designadas para receber os camelôs e o retorno dos mesmos para os locais de origem.

Outros exemplos bastante significativos são os espaços de participação e manifestação política. É o caso, na cidade de São Paulo, do conhecido interesse político de acabar com as manifestações na Avenida Paulista. Entre outros motivos, porque ela concentra um grande número de escritório de empresas transnacionais, bancos, etc. Interromper a Avenida Paulista significa causar grande dano às atividades empresariais, financeiras, ou seja, dificultar a reprodução capitalista. Houve projetos de definição de áreas na cidade onde as pessoas poderiam se manifestar e se encontrar para comemorações e eventos de grande dimensão. Nesse caso, esquece-se ou ignora-se que o espaço de manifestações políticas está, no geral, diretamente relacionado à história do lugar, aos signos produzidos socialmente e à memória coletiva. Determinados espaços urbanos, por causa de seus significados (históricos, sociais, econômicos, etc.), potencializam os significados e a importância de determinados eventos e manifestações, como é o caso da Avenida Paulista.

Algo importante a respeito do que é o espaço público é sua essência como espaço da espontaneidade. Isso só é possível nos espaços públicos de livre acesso. Neles há a possibilidade da manifestação de atos, atividades coletivas sem o aviso prévio, sem planejamento, baseadas no improviso e na emoção. Dito de outra maneira, esses espaços privilegiam a dimensão humana que escapa à racionalidade, à lógica da técnica e da reprodução capitalista. São espaços para manifestações de caráter religioso, para manifestações culturais, para o desenvolvimento de práticas esportivas, etc.

O espaço físico é uma necessidade material para que determinadas práticas, como manifestações culturais, religiosas, atividades esportivas e de lazer se mantenham. A preservação desses espaços faz-se necessária para assegurar essas manifestações como patrimônio cultural.

Espaço público, para quem?

Entender os significados e a importância dos espaços públicos de lazer, de convívio e com áreas naturais não é fácil para quem ainda não tem as necessidades básicas como moradia, saneamento básico, saúde, educação, etc. satisfeitas. Espaço público é uma conquista e, como tal, não prescinde do entendimento, da consciência dos seus significados e

da sua importância. Pois os espaços públicos potencializam o habitar, que vai além dos limites da casa e insere no seu entorno ruas, espaços livres, comércio, áreas verdes, praças, equipamentos públicos, que ampliam as condições de existência humana, assegurando bem-estar, qualidade de vida, etc.

Ao longo do processo de urbanização de favelas na cidade de Diadema, na Grande São Paulo, promovida pela prefeitura municipal, durante a década de 1990, era necessário explicar para os moradores a importância de deixar áreas vazias dentro dos Núcleos Habitacionais (nome dado à favela urbanizada) para que, no futuro, fossem criados espaços públicos. Para o povo que acabava de conquistar a urbanização e o uso de parte do solo urbano, não era simples entender por que deveria deixar um espaço livre se, até pouco tempo, na favela, inúmeras famílias viviam amontoadas, exatamente pela exigüidade de espaço. Até porque, também, deixar áreas livres significava tomar parte da área destinada aos lotes dos moradores. Mesmo quando se explicava que o espaço livre viraria um espaço destinado ao lazer, às atividades culturais, ao salão comunitário, etc. ainda assim essas funções não pareciam justificar a diminuição dos lotes das moradias.⁶

Em entrevistas com moradores de favelas de Diadema próximas ao Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (antigo Parque do Estado) sobre as áreas de preservação ambiental do parque, eles, muitas vezes, demonstravam não entender a importância de manter áreas com matas (ou mato, como eles se referiam à vegetação do parque) quando muitas pessoas não tinham onde morar. Para os moradores da favela, a área do parque era um espaço ocioso, sem função e o Estado desperdiçava dinheiro com a manutenção daquela área, em detrimento daqueles que nem tinham um lugar para morar dignamente. O Parque Estadual das Fontes do Ipiranga fica no bairro do Jabaquara, na cidade de São Paulo, na divisa com o município de Diadema. A única importância do parque, para muitos moradores da favela, era que ele possibilitava a “coleta” de elementos naturais na mata para venda futura, na favela mesmo ou em outros bairros. Exemplos: plantas ornamentais, bambus para escora de varal, solo para jardins, plantas para remédios e simpatias, etc.

Com o tempo, a partir do usufruto e da participação coletiva em eventos, os moradores dos Núcleos passavam a entender a necessidade dos espaços públicos criados. A área “perdida” dos lotes para a área comum do Núcleo seria mais tarde percebida como, no mínimo, compensatória. Os lotes da favela urbanizada são mínimos e uma série de atividades de lazer e recreação são impraticáveis, tanto dentro das casas como nas ruas construídas no Núcleo. Além disso, reunião de moradores, festas, atividades culturais passaram a ser realizadas nos centros comunitários dentro dos Núcleos.

A dificuldade de compreensão dos moradores dos Núcleos quanto ao espaço público aponta para a seguinte questão, que expõe uma contradição da metrópole paulistana:

como justificar a expansão de espaços públicos se grande parte da população sobrevive em áreas urbanas em condições precárias e em espaços exíguos para a existência humana? E quando, ainda, parte da população não tem sequer terra para morar e viver? Daí ocorre que o único espaço disponível para aqueles que nada têm é exatamente o espaço público. Como consequência disso, vemos, nas grandes e médias cidades brasileiras, inúmeros sem-tetos, moradores de rua que têm como único espaço para sua reprodução praças, avenidas, ruas, canteiros, viadutos, calçadas, etc.

O desemprego, o alto custo do valor do solo urbano, a especulação imobiliária e todas as dificuldades, daqueles que não têm recurso algum, em adquirir um pedaço do solo urbano fazem com que o espaço público se torne o único recurso, como espaço físico, disponível para sua sobrevivência. Dessa maneira, o espaço público é novamente privatizado. A causa disso, obviamente, está na grande desigualdade social e na incapacidade do poder público para tratar a questão a fim de solucioná-la de maneira satisfatória.

Essa forma de privatização do espaço público provoca, também, uma situação inversa, na medida em que a vida pessoal de moradores de rua, através dos objetos, gestos e atos cotidianos como comer, dormir e outras necessidades físicas é feita às vistas de todos. Nesse sentido, além de uma privatização do espaço público, vemos tornar-se público aquilo que é da esfera privada. Talvez, nada mais adverso da função do espaço público, já que este deveria ser um espaço social e político.⁷

Esse recurso de sobrevivência e sua privatização são muito presentes, também, através de comerciantes e todos aqueles que usam o espaço público como possibilidade de venda de produtos, serviços, etc. É o caso dos ambulantes, camelôs, prostitutas, flanelinhas, vendedores e malabaristas de faróis, artistas, etc. Como já dito anteriormente, o Estado procura regulamentar essas atividades estipulando novas áreas para permanência ou, em muitos casos, reprimindo as mesmas. Existe a questão, já citada, do controle social e nesse caso, também, econômico. Entram em conflito muitos interesses sobre o espaço público urbano, na medida em que ele é fundamental na circulação de produtos, dinheiro, serviços, etc., e, portanto, como condição da velocidade da reprodução capitalista. Nesse sentido, o espaço público tem valor de troca porque permite e viabiliza a venda e circulação de mercadorias, capitais, etc. Assim, muitas vezes, o valor de troca se impõe ao valor de uso de espaços que deveriam ser de apropriação de todos.

São muitas as modalidades da apropriação do espaço público como espaço que possibilita a troca. A questão acentuou-se com as transformações econômicas e tecnológicas. De um lado, o neoliberalismo econômico, que tem como ideal o aumento do lucro em detrimento do trabalhador; e, de outro, as transformações tecnocientíficas, que se aplicam na produção por meio da mecanização, robotização e informatização do trabalho. Como

conseqüência dessas transformações, muitos ficaram desempregados e, para sobreviver, viram, como último recurso, o trabalho informal, mesmo com precariedades. Outra conseqüência econômica típica de países latino-americanos subdesenvolvidos é estabelecer a hipertrofia do setor terciário, ou seja, com as transformações tecnológicas na produção, principalmente nos setores primário (agropecuária) e secundário (indústria) da economia, muitos trabalhadores ficaram desempregados. Estes, como um dos poucos recursos para sobreviverem, migraram para o setor terciário (comércio e serviços) para desenvolver muitas atividades que não exigem especialização da mão-de-obra nem grande capital para iniciar um pequeno negócio. Diante das dificuldades burocráticas e do alto custo de estabelecer legalmente uma empresa no espaço urbano e na procura de lugares que possibilitem o ganho, esses trabalhadores vêm como solução possível ocupar o espaço público. Esse fenômeno econômico, de escala global, é muito mais explícito nas metrópoles.

A cidade, como campo de lutas, tem no espaço público seus mais acirrados confrontos diretos (repressão física, manifestações, etc.) e indiretos (regularização, funcionalização, etc.). O controle do espaço público pelo Estado e as relações estabelecidas da sociedade com esse espaço expressam muito mais que interesses políticos e econômicos. Podem expressar, ainda, como são vistas e tratadas determinadas classes e grupos sociais. A esse respeito, é um grande indicativo a solução encontrada pela prefeitura de São Paulo (gestão José Serra) para os moradores de rua próximos da avenida símbolo da cidade. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*,

[...] preocupa o modo como a Prefeitura de São Paulo pretende mudar aspectos visuais da cidade. Com repentes retóricos que roçam o ideário higienista do século XIX, o poder público deu início à instalação de rampas antimendigos em passagem subterrânea sob a avenida Paulista. As autoridades esperam que a inclinação e o chapiscado da argamassa, que tornará o piso áspero e incômodo, desencorajem moradores de rua de permanecer no local.⁸

Segundo o jornal citado, a prefeitura, preocupada com o aspecto visual da cidade – no caso, mais precisamente, a Avenida Paulista –, criou uma maneira de desencorajar moradores de rua a se instalarem em áreas públicas sob a avenida. A iniciativa da prefeitura deixa claro que ela procura definir que determinados espaços públicos não podem ser ocupados por aqueles que não têm onde morar. A avenida, um dos mais famosos cartões postais da cidade, como já dito, concentra escritórios de transnacionais e bancos. A medida visa dar um aspecto de limpeza a um lugar que é a vitrine de São Paulo. Procura-se esconder assim um aspecto significativo da cidade que se expressa na paisagem. E são inúmeros os casos, não apenas da prefeitura, mas também de particulares que, para evitar a permanência de moradores de rua em determinados espaços públicos, desenvolveram

uma arquitetura da exclusão. Muitos lojistas criaram diferentes maneiras para que moradores de ruas não dormissem em frente às suas lojas, como esguichos d'água, plantas com espinhos, grades de ferro, etc.

A tentativa de controle do espaço urbano com a intenção de expulsar determinados grupos sociais, amparada em idéias higienistas, não é novidade em São Paulo. No início do século passado, o prefeito Washington Luís, durante sua gestão (1914-1919), para regular o espaço das várzeas do Rio Tamandateí, que era ocupado por negros, pobres e pessoas que dependiam daquele lugar para sobreviver, executa a construção do Parque Dom Pedro. O objetivo de construção no local não era apenas de oferecer um parque, numa área alagadiça da cidade, mas, sobretudo, de controle sobre aquele espaço já que “a intenção do prefeito não era somente higienizadora, mas também moralizadora, disciplinadora, visando à exclusão dos indesejáveis”.⁹

Nesse caso, nem se tratava da regularização, mas sim da produção do espaço público, já que as várzeas eram áreas até então abandonadas pelo poder público. Portanto, a produção de um espaço público teve a finalidade de excluir determinados grupos sociais.

Quando o Estado define regras muito estritas de uso e comportamento para determinados espaços públicos, está designando também quais grupos sociais podem ou são capazes de usufruí-lo. Essas regras podem ser baseadas apenas em convenções, moralismos, interesses políticos, etc. de acordo com determinados momentos históricos. Daí que a produção e a regulamentação de espaços públicos carecem de discussão com a sociedade. Na medida em que se amplia a discussão sobre a construção do espaço público, amplia-se a possibilidade de seu uso pela sociedade e seus significados no espaço urbano. Assim aprofunda-se o sentido de apropriação do espaço urbano pelo povo.

O espaço público deve ser um espaço democrático na sua essência. Democrático não apenas no uso, mas também e principalmente em sua elaboração, construção e seu gerenciamento. É a partir do debate, da discussão, antes mesmo do espaço público como área física construída, que se dá o espaço político. É o espaço de expressão do que é a cidade, com todos os seus conflitos, divisões, interesses, etc. Esse é o espaço que possibilita a integração porque deve abrigar a diversidade. É o espaço do encontro de iguais (categoria de trabalhadores, movimentos religiosos, estudantes, Parada Gay, torcedores, etc.) porque é o espaço das manifestações políticas, das celebrações e das comemorações. É o espaço do encontro dos diferentes porque generaliza o uso e propicia a festa.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Professor na Universidade do Grande ABC - UniABC (Santo André, SP) e no Colégio Santa Catarina (São Paulo, SP). E-mail: fepadua@gmail.com

¹ CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 1992.

² LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Moraes, 1991.

³ SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

⁴ *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*. Ano I, n. 1, maio, 1996, p 5.

⁵ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Tradução de Ligia Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977.

⁶ LAURENTINO, F. de P. *Urbanização de Favelas – uma perspectiva geográfica*. Trabalho de Graduação individual, apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 1997.

⁷ ROSA, C. M. M.; BEZERRA, E. M. R. e VIEIRA, M. A. da C. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Hucitec, 1994.

⁸ *Folha de S. Paulo*, 24 de setembro de 2005.

⁹ SANTOS, C. J. F. dos. *Nem tudo era italiano – São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 1998, p. 91.